

## **CONAB – Acordo Coletivo de Trabalho 2009-2010**

### **Relatório Nº 13 – Reunião com o DEST em 02.10.09**

#### **A – RELATÓRIO DE REUNIÃO COM O DEST – DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS**

**Data:** 02/10/2009 – 16h15 às 18h20

**Local:** SALA DE REUNIÕES DO DEST - 8º andar do Bloco K - Esplanada dos Ministérios

**Presentes:**

**DEST-** Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais: Murilo Barella – Diretor do DEST; Noel Giacomitti – Coordenador de Política Salarial e Previdência Privada Complementar; Oliveira - Assessor do Diretor, acompanhado por técnica do DEST.

**Bancada Sindical** - CONDSEF: Dealci Alves (ES), José Moisés (DF), Joalita Queiroz (DF), Enos Barbosa-ASNAB (DF), Edison Cardoni-CONDSEF (DF), Sergio Ronaldo (CONDSEF-DF) e mais o acompanhamento e apoio da Dep Distrital Erika Kokay (PT-DF).

O encontro entre a Comissão de Negociação dos Empregados e o Diretor do DEST, Murilo Barella e sua equipe foi agendado a pedido da deputada Erika Kokay e, para a Comissão, foi a oportunidade de expor e defender as reivindicações dos empregados buscando conseguir do governo uma proposta que satisfaça os anseios dos trabalhadores da Conab.

O Diretor Murilo Barella fez um breve relato das atribuições do DEST explicando que o Departamento trabalha para o governo exercendo o papel de controlador geral das empresas estatais, como se fosse uma *holding* de todas elas. Sua preocupação se concentra no planejamento estratégico das empresas, planejamento de médio e longo prazo, por exemplo, como será a área de pessoal desta ou daquela estatal em 2012, 2015, assim por diante. Daí que sua tarefa é estabelecer parâmetros e diretrizes, sendo a gestão, evidentemente, tarefa de cada diretoria, inclusive no que diz respeito a pessoal. Afirmou, ainda, que o Departamento valoriza as mesas de negociação que são estabelecidas entre cada empresa e seus trabalhadores (e não pelo DEST).

A Comissão dos empregados relatou o transcurso dos últimos entendimentos com a Conab, expondo os pontos nodais para a realização de acordos na parte econômica e defendeu nossas reivindicações, expressas na contraproposta de 01.10.09: correção das perdas salariais (pelo INPC do período), ganho real, além das correções dos benefícios, conforme indicado nas da contraproposta, todas elas pressupondo a implantação do PCCS com data retroativa a 01.10.2009.

A Comissão deixou claro que os trabalhadores não admitem que as perdas devidas à inflação do período não sejam repostas, que esse é um compromisso assumido pelo governo Lula com os trabalhadores e que deve ser cumprido sem mais delongas. A partir daí estabeleceu-se uma discussão sobre índices cujo conhecimento é importante para a categoria se posicionar.

O DEST desenvolveu dois argumentos:

Primeiro, que o índice utilizado pelo governo (portanto pelo DEST) para todo tipo de cálculo é o IPCA, que todas as contas do governo são baseadas nesse índice - metas de

inflação, todas as previsões e acompanhamentos de desempenho econômico e orçamentário, etc. - e que eles não podem abrir mão dele porque a utilização de outro indicador poderia distorcer tais cálculos.

Segundo, que no acordo de 2007 teria havido uma “antecipação da inflação futura”, de pouco menos de 2%, em setembro de 2007 (embutida nos 6%, deduzido o IPCA do período anterior), e outra parcela de 1%, em setembro de 2008, e que essa antecipação deveria ser abatida da inflação incorrida no período set-2007 a ago-2009. De acordo com os números apresentados, o que faltaria para o governo pagar de diferença não chega a 10%.

Resumidamente, a Comissão, primeiro, defendeu em detalhes as razões para aplicar o INPC, não porque, nesse período, ele seja maior que o IPCA (seria um argumento apenas casuístico) mas porque é o INPC o indicador utilizado amplamente pelos trabalhadores nos acordos salariais em virtude de seu método de cálculo atingir as famílias numa faixa de renda mais condizente com os salários. Em segundo lugar a Comissão esclareceu o DEST que, em nenhum momento, em nenhum ponto do ACT 2007-2009, foi dito na negociação nem está escrito no acordo que os quase 2% mais 1% seriam “antecipação”. Eles se referiam, isso sim, à inflação passada, do período anterior, além de se constituírem em propostas para levar a categoria a aceitar um acordo de dois anos, naquela época. E, mais, se o governo insistisse nessa tese, então o correto seria recalcular as perdas no período de setembro de 2002 a agosto de 2009 (ou seja, todo o governo Lula, até agora) para, então, verificar se houve ou não a reposição da inflação. Nesse caso, o que se constata é que o reajuste necessário hoje para recompor o valor dos salários seria não os 11,9% que reivindicamos e, sim, mais de 20% (mesmo quando o cálculo é feito pelo IPCA!). Os trabalhadores estão abertos a realizar essa discussão e apresentar os cálculos preparados pelo DIEESE para demonstrar esses números, seja qual for o critério que se estabeleça. Resumindo: se considerarmos as parcelas referentes ao ACT 2007-2009 como parte do pagamento da inflação ANTERIOR a setembro de 2007, a reposição, pelo INPC, do período que vai de set-2007 a ago-2009 é de 11,9%. Com outros critérios e pegando apenas e tão somente o período de governo Lula, mesmo deixando de lado as perdas históricas de governos anteriores, os números serão maiores.

Registre-se, ainda, neste ponto, que o DEST disse que o governo continua defendendo a reposição das perdas inflacionárias para seus trabalhadores e afirmou que isso tem ocorrido de fato. A Comissão respondeu que essa defesa da reposição da inflação é um importante ponto de acordo e, nesse caso, o que restaria discutir seriam apenas o índice deflator e a metodologia de cálculo para se chegar a um entendimento.

Outro ponto bastante abordado foi o PCCS. O Diretor Murilo informou que, neste momento, o Plano se encontra no DEST que aguarda o seu impacto atuarial sobre o CIBRIUS. A Comissão, primeiro, esclareceu as circunstâncias da absorção pelo CIBRIUS de uma série de aposentadorias por decisão política de governos anteriores e cujo custo não pode ser atribuído aos trabalhadores ou ao orçamento deste período e, sim, deve ser assumido pelo governo. Em seguida, cobrou a implantação imediata do PCCS argumentando que o plano anterior -negociado entre a empresa e os trabalhadores- não havia sido aceito pelo DEST e que a empresa havia elaborado e enviado outro, atendendo a todos os requisitos estabelecidos pelo DEST. O Diretor respondeu que se é verdade que o DEST havia rejeitado certos aspectos daquele plano anterior também precisaria ficar claro que, em relação ao plano original, houve verdadeiros avanços, não apenas no que se refere à elevação de pisos mas, também, no impacto financeiro total que é bastante alto em comparação a todos os outros planos das demais empresas

estatais. Esclareceu que o DEST só aceitou isso, como uma exceção, em virtude do tempo transcorrido sem que tivesse havido modernização do PCCS da Conab. Ainda assim, a Comissão reiterou que nada mais podia obstar a implantação do Plano e cobrou um prazo para a aprovação, homologação e implantação. O Diretor do DEST esclareceu que ele poderia nos dizer, apenas, que era fato que o plano está praticamente fechado, dependendo apenas do cálculo desse impacto do CIBRIUS mas que nos informar quanto à data de implantação seria uma atribuição da empresa e não do DEST.

A parte final da reunião não contou com a participação do Diretor do DEST que precisou se retirar. Antes de sair, o Diretor assumiu o compromisso de conversar com a direção da CONAB para discutir possibilidades à luz das considerações e propostas apresentadas pelos empregados - tendo recebido das mãos da Comissão a contraproposta de 01.10.09 – e ressaltou que os trabalhadores devem se empenhar na mesa de negociações com a empresa.

Um ponto importante discutido após a saída do Diretor (além de uma retomada da discussão sobre indicadores econômicos) foi a necessidade de o DEST considerar como custo de governo, que os trabalhadores defendem que seja incorporado, os salários dos muitos servidores cedidos para outros órgãos. Eles existem em qualquer setor das estatais e do serviço público mas, no caso da CONAB, o quantitativo é relativamente maior em virtude da reintegração dos demitidos do governo Collor, numa luta que é uma conquista do conjunto dos trabalhadores – e não apenas dos demitidos e nem apenas dos trabalhadores da Conab- e cuja vitória não pode se voltar contra os próprios trabalhadores no momento da discussão do ACT, mas, ao contrário, deve estar integrada no orçamento do governo. Admitindo essa idéia, a equipe do DEST esclareceu que, do ponto de vista técnico, não faz sentido separar esses gastos pois todos estão incluídos exatamente no mesmo orçamento, ou seja, o orçamento da Conab é conjunto com o orçamento de todos os Ministérios, tendo todos a mesma fonte de custeio que é o Tesouro. Porém, do ponto de vista da discussão que levantamos, esse seria um dado importante a considerar nas negociações.

## **B – PREPARAÇÃO DAS ASSEMBLÉIAS DE 06.10**

A Comissão de Negociação dos empregados avaliou como positiva a reunião com o DEST pois permitiu expor abertamente as reivindicações dos trabalhadores ao setor do governo que estabelece os parâmetros negociais. Trata-se, sem dúvida, de um fato novo no curso das negociações atuais que já é resultado do impacto do crescimento das mobilizações que, nesta semana, tiveram um ponto alto com atos públicos, assembleias e paralisações parciais.

É muito importante que nosso movimento continue se pautando pelo calendário nacional, definido a partir das Plenárias de 18.09 (Conab) e 19.09 (Geral) que prevê a deflagração da greve caso necessário para quebrar a intransigência do governo. Conforme já discutido, esse calendário pode ser antecipado a depender da resposta do governo às reivindicações. No momento, após os trabalhadores terem apresentado sua contraproposta no dia 01.10 e ter ocorrido essa reunião com o DEST no dia seguinte (02.10), é preciso aguardar a nova reunião com a Direção da Conab que, esperamos, deve ocorrer nos próximos dias.

Assim, recomendamos aos sindicatos filiados que realizem as Assembleias Estaduais previstas para esta terça-feira, 06.10, com caráter informativo, e também mantenham a realização de Atos públicos e manifestações para 08.10, quinta-feira, marcado como novo Dia Nacional de Luta.

A qualquer momento, com base em novos acontecimentos e informações, a Comissão de Negociação poderá enviar novas orientações e propostas para serem submetidas à deliberação dos trabalhadores.

Qualquer dúvida ou necessidade de informação adicional estão à disposição os membros da Comissão de Negociação: Enos (61)8427-6378, Dea (27)8132-9759, Assis (62)9908-2509, Valdir (81)8508-6393, Moisés (61)9822-9722, Jô (61)9298-5825; CONDSEF: (61)2103-7200 (Cardoni:61-9223-8273; Sérgio: 61-8114-7200).

Saudações Sindicais,

Brasília, 03.10.2009

  
**Edison Vitor Cardoni**

Diretor da Secretaria de Assuntos Jurídicos, Parlamentares e de Classe - CONDSEF

  
**Sérgio Ronaldo da Silva**  
Diretor/CONDSEF